



MEDIEVALISTA

N.º 38 | Julho – Dezembro 2025

ISSN 1646-740X

---

**Participação feminina na economia familiar urbana e  
invisibilização do trabalho feminino na Baixa Idade  
Média Ibérica**

**Female participation in the urban family economy and the  
invisibility of female work in the Iberian late Middle Ages**

***Renata Vereza***

Universidade Federal Fluminense, Instituto de História,  
Departamento de História  
24220900 Niterói, Brasil.

[rvereza@id.uff.br](mailto:rvereza@id.uff.br)

<https://orcid.org/0000-0003-4688-2734>

Data recepção do artigo / Received for publication: 9 de Fevereiro de 2024

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 19 de Março de 2025

**DOI:** <https://doi.org/10.34619/cnza-lxy1>

## RESUMO

A proposta do presente trabalho é discutir e dimensionar, sob a perspectiva da teoria da reprodução social, a inserção do trabalho feminino na esfera do trabalho produtivo no contexto urbano Baixo Medieval europeu. Tendo em vista que como os espaços produtivos e reprodutivos se confundiam ao longo da Idade Média, é possível inferir uma sub valorização da participação feminina no mercado de trabalho e na esfera produtiva.

**Palavras-chave:** trabalho urbano, trabalho feminino; economia urbana; mulheres medievais; Península Ibérica

## ABSTRACT

The proposal of this paper is to discuss and assess, from the perspective of social reproduction theory, the insertion of female work in the sphere of productive work in the Late Medieval European urban context. Considering that productive and reproductive spaces were confused throughout the Middle Ages, it is possible to infer an undervaluation of female participation in the labor market and in the productive sphere.

**Keywords:** Middle Ages; women's work; urban economy; medieval women; Iberian Peninsula.



A expansão urbana, que se verificou na Europa a partir do século XI, implicou um aumento considerável do contingente de trabalhadores e ofícios urbanos, que passam a ter um papel importante nas atividades econômicas cujas bases se operam a partir de um universo citadino revitalizado. Os mecanismos de produção, gestão, consumo e distribuição de bens e produtos se ampliam, alargando também o rol de atividades produtivas desenvolvidas no interior das cidades ou articuladas por estas. Esse processo permitiu a abertura de diferentes e novas possibilidades de inserção laboral para as populações envolvidas, mesmo que essa inserção se desse de formas desiguais e hierarquizadas. Ao mesmo tempo, é durante esse período final da Idade Média, principalmente a partir do século XIII, que esse trabalho (como conceito e como prática) se organiza social e juridicamente. A concepção dos pensadores, em especial religiosos, influenciou as legislações e as normativas estabelecidas pelas monarquias ou municipalidades em um processo lento onde o trabalho vai sendo deslocado de fonte de castigo para locus de produtividade conforme avançamos na modernidade. Quando tomamos a história urbana medieval europeia propriamente, temos de considerar a acentuada diversidade de realidades, a singularidade de cada cidade e região, que faz com que nos deparemos com processos que tem coordenadas muito próprias. Isso torna difícil estabelecermos características gerais que sejam válidas para toda a Europa e para todo o arco temporal da Baixa Idade Média. Contudo, e apesar de centrarmos nossos exemplos nos reinos ibéricos, buscaremos tecer algumas considerações mais gerais, quicá estruturais, sobre o trabalho feminino nessa diversidade.

Tradicionalmente, os estudos sobre a economia urbana baixo medieval europeia falam sobre o trabalho no masculino, isto é, falam sobre os trabalhadores homens, citando muitas vezes as poucas mulheres que aparecem como pontos fora da curva, exceções e, até mesmo, curiosidades. Sob esse “neutro universal” a maioria absoluta das mulheres medievais acaba submersa. Secundarizando, dessa forma, um contingente populacional que corresponde a metade dos indivíduos dessas sociedades. Essa perspectiva gera algumas questões sobre as quais se torna necessário refletir. Por um lado, invisibiliza ou minimiza a participação feminina nas

atividades propriamente produtivas urbanas, e por outro desconsidera a imensa carga de trabalho reprodutivo realizado quase que exclusivamente pelas mulheres nesse cenário. Isto é, paralelamente se subestima a população economicamente ativa no cenário urbano medieval europeu e o aporte das atividades reprodutivas na viabilização das produtivas.

Albarracín indica que apesar de uma parte substancial da produção ter sido e ser realizada historicamente pelas mulheres no ambiente familiar, e tendo assim o trabalho doméstico ou reprodutivo “jugado un papel clave en la producción de los medios de vida de la humanidad”<sup>1</sup>, ele é pouco estudado porque se move fora dos circuitos do mercado e não se rege pela lei do valor. A análise marxista se centra na mercadoria e, portanto, no trabalho produtivo, elemento inclusive que pressupõe a existência de um mercado capitalista.

Também alerta para o fato de que, por esta razão, as categorias de análise se adequam somente de forma parcial a realidade do trabalho reprodutivo. E no caso aqui analisado, também de forma parcial à realidade econômica medieval. Isto é, estamos tratando de uma realidade não capitalista, onde, de forma global, a extração de excedente passa por mecanismo de coerção extraeconômica e, mesmo nas sociedades urbanas, onde o trabalho assalariado se impõe gradativamente como padrão, a capacidade do “mercado” em articular e interferir nas relações (tanto as relações de trabalho quanto as relações de produção) ainda é bastante limitada. Mas ainda assim, essas categorias são válidas e operacionais: por possibilitarem a articulação da dupla inserção do trabalho feminino, os conceitos de trabalho produtivo e trabalho reprodutivo são fundamentais para que possamos construir nossa reflexão<sup>2</sup>.

Entendamos aqui então que trabalho produtivo é o trabalho humano que tem valor no mercado porque produz mercadorias, isto é, produz algo que tem valor de troca.

---

<sup>1</sup> ALBARRACIN, Jesus – “El trabajo doméstico y la ley del valor”. *Revista Imprecor* 63 (1988), p. 67.

<sup>2</sup> Aqui cabe justificar a escolha em detrimento de outras categorias amplamente utilizadas como trabalho doméstico e trabalho extra doméstico, ou intra lar e extralar. Como uma grande parte das mulheres na Idade Média, em especial as que desempenham atividades remuneradas, atuam como empregadas domésticas as categorias acima podem levar a algumas imprecisões. Pois, o trabalho doméstico, mesmo assalariado e realizado fora do lar de origem, é considerado reprodutivo, enquanto, dada as condições de produção pré-industriais, o trabalho produtivo é muitas vezes realizado dentro do lar.

Enquanto o trabalho reprodutivo é o trabalho socialmente necessário para que uma sociedade se reproduza, não tem valor de troca no mercado, somente valor de uso, contudo, é o trabalho necessário para a subsistência da própria sociedade. Esse trabalho reprodutivo inclui diversas e diferentes atividades, desde a produção de alimentos para o consumo, construção/reparo de moradia, passando pela reprodução biológica (produção de novos membros/trabalhadores para a sociedade) e, claro, pelos trabalhos que chamamos comumente de domésticos: cuidados com crianças, idosos e doentes, preparo de alimentação, limpeza, arrumação, confecção de vestuário, todo tipo de manufatura doméstica para autoconsumo e ... etc.

Pesquisadoras como Tithi Bhattacharya, Suzan Fergunson e Lise Vogel, na esteira da renovação da teoria dos movimentos feministas e no desenvolvimento da Teoria da Reprodução Social, têm-se dedicado a essas questões buscando explorar a interdependência entre trabalho produtivo e reprodutivo para o capital. Nesse sentido, Vogel coloca:

“A luta de classes sobre as condições de produção representa a dinâmica central do desenvolvimento social nas sociedades caracterizadas pela exploração. Nestas sociedades, o trabalho excedente é apropriado por uma classe dominante e uma condição essencial para a produção é a [...] renovação de uma classe subordinada de produtores diretos comprometidos com o processo laboral. Normalmente, a reposição geracional fornece a maioria dos novos trabalhadores necessários para repor essa classe e a capacidade das mulheres para ter filhos tem um papel decisivo na sociedade de classes [...] Nas classes proprietárias ... a opressão das mulheres flui do seu papel na manutenção e na herança da propriedade... nas classes subordinadas... a opressão feminina... *derivado envolvimento das mulheres no processo que renova os produtores diretos, assim como de seu envolvimento na produção.*”<sup>3</sup>

Em resumo, mesmo que o trabalho reprodutivo esteja fora do mercado e, portanto, fora do que podemos chamar de economia formal, e que não seja viável mensurar o quanto de valor ele é capaz de indiretamente gerar, ele é fundamental para a própria

<sup>3</sup> VOGEL, Lise – *Marxism and the oppression of women: towards an unitary theory*. Leiden: Brill, 2013, p. 129.

existência do trabalho dito produtivo. Da mesma forma, nas linhas finais da citação acima fica expressa a correlação que se busca fazer aqui, da dupla inserção feminina, em especial das mulheres trabalhadoras e das camadas médias, isto é, daquelas que não pertencem às classes dominantes<sup>4</sup>, e que constituem majoritariamente o contingente feminino.

Fechando o escopo para nosso recorte, é perceptível que a regra, anunciada mais acima, de que o trabalho reprodutivo recai essencialmente sobre as mulheres, é válida. Desde muito jovens eram preparadas para assumirem essas funções, tanto nas categorias mais abastadas, quanto nas categorias populares, onde os afazeres domésticos poderiam ainda ser uma opção laboral, elas colaboravam na sobrevivência e levavam adiante a estrutura familiar<sup>5</sup>. Essa possibilidade de opção laboral merece um apartado próprio devido à sua dimensão em relação à população feminina urbana.

Las Cuevas defende que dois terços das trabalhadoras urbanas eram empregadas em serviços domésticos. Esse número, que a princípio parece elevado, ao menos é válido para os exemplos ibéricos por ela estudados. De toda forma, e mesmo que não seja possível trabalhar com valores absolutos para realidades mais amplas, o serviço doméstico em casas de família era a “opção” mais recorrente para grande parte da população feminina dos setores mais empobrecidos. O termo opção vem entre aspas exatamente por ser esta uma alternativa negociada e, de certa forma, imposta pela família ou pela necessidade. Muitos contratos de serviço doméstico eram estabelecidos entre famílias, onde crianças (em sua maioria meninas) eram colocadas a serviço de outras famílias, por períodos de 10, 15 anos, ao fim dos quais receberiam um valor referente ao seu trabalho.

Há que se perceber a pobreza urbana que fazia com que muitas famílias não tivessem como proporcionar à descendência não só a manutenção, mas também os mecanismos adequados de autonomia da vida adulta e do matrimônio

<sup>4</sup> Com isso não se quer afirmar que essas mulheres não pudessem estar inseridas nas esferas produtivas. Existem casos em que isso é verificado, mas decididamente não é um padrão.

<sup>5</sup> LAS CUEVAS, Josefa – “El papel de la mujer en la Baja Edad Media. La Dote ¿impulsora del nuevo hogar o yugo para las mujeres?”. *Ambitos: revista de estudios de ciencias sociales y humanidades* 19 (2008), p. 80.

(aprendizagem e dote)<sup>6</sup>. Para famílias empobrecidas, essa solução permitia um alívio financeiro, pois as liberava dos custos de criação das meninas, ao mesmo tempo que permitia que estas, por terem ao final do período uma soma, pudessem fazer jus ao dote que viabilizava o seu casamento, não onerando a família com essa obrigação financeira, nem se transformando em um fardo no futuro como “solteironas” que teriam de ser sustentadas. Parece haver um consenso de que a pobreza impulsionava as mulheres a uma situação em que a ausência de escolhas se concretizava muitas vezes em atividades consideradas degradantes, em especial a prostituição. Isso pode ser percebido até mesmo em uma legislação como as *Siete Partidas* onde se estabelecia que a Igreja deveria utilizar suas rendas para, dentre outras coisas “casar a las vírgenes pobres para desviarlas de que con la pobreza no tengan que ser malas mujeres”<sup>7</sup>. As famílias dos setores mais precários lançam mão das estratégias possíveis para garantir a sobrevivência. Por seu turno, em melhores condições de negociação, seria possível inclusive constar no contrato o aprendizado de algum ofício. Situação mais comum para os rapazes, mas que não excluía de todo as meninas, como é possível ver, por exemplo nos contratos onde as moças tinham direito a um tear depois do período de aprendizagem<sup>8</sup>. Mesmo não sendo usual, esse tipo de possibilidade permitia agregar um atrativo ao dote requerido para concretizar a união matrimonial.

Assim, essas meninas passavam, por vezes, parte de suas vidas trabalhando, condicionadas pela imposição de juntar recursos para um casamento que não iria melhorar, via de regra, sua existência material, pois suas possibilidades de união eram, quase sempre, com indivíduos de sua mesma condição social que, por seu turno, esperavam o dote como um salva-vidas a sua própria precariedade<sup>9</sup>. Reféns de um *mercado* de dotes, onde ele era o motivador mais importante da escolha masculina e que, longe de libertá-las, as jogava em uma nova unidade familiar, onde

<sup>6</sup> LÓPEZ BELTRÁN, María Teresa – “El trabajo de las mujeres en el mundo urbano medieval”. *Mélanges de la Casa de Velázquez* 40-2 (2010), p. 40.

<sup>7</sup> ALFONSO X DE CASTELA – *Las siete partidas del Rey Don Alfonso el Sabio: cotejadas con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2008. Partida III, título 28, lei 12. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcf1903> [consultado a 10 de Maio de 2025].

<sup>8</sup> LÓPEZ BELTRÁN, María Teresa – “El trabajo de las mujeres”, p. 45.

<sup>9</sup> LAS CUEVAS, Josefa – “El papel de la mujer en la Baja Edad Media”, p. 75.

a subordinação aos “patrões” era substituída pela subordinação ao marido. Não à toa, no sec. XIV, algumas localidades castelhanas impõem limitação aos valores dos dotes de acordo com cada categoria social<sup>10</sup>.

Para além dessas criadas que se inseriam nas famílias contratantes de forma duradoura, vemos também o serviço doméstico sendo executado por mulheres cuja relação de assalariamento era mais direta, como no caso do *Ordenamiento de Menestrales*, feito por Pedro I de Castela em 1351:

“E den a las moças serviciales para casas de los omnes buenos por su soldada, al anno, a cada una setenta maravedís. E den por soldada a las amas para criar los fijos e hijas agennos, a cada una, por el anno, ochenta maravedís. E si entaren por mes o por temporada denle por su soldada a este cuento mismo”<sup>11</sup>.

A partir do que foi dito, isto é, a preponderância do serviço doméstico entre as trabalhadoras e a imposição deste a partir da situação familiar, percebe-se que o grupo formado por laços de parentescos, a família, é o *locus* primeiro do entendimento da inserção feminina nessa sociedade. Assim, e mesmo que verifiquemos a participação feminina em praticamente todos os ofícios urbanos medievais, portanto, inseridas no trabalho propriamente produtivo, não é possível mensurar o impacto e a importância das atividades laborais femininas, nem seu aporte econômico, sem articular essa inserção do trabalho reprodutivo que realizam de forma concomitante dentro do grupo familiar. Ricardo Córdoba afirma que, para o caso castelhano, a indústria têxtil é o setor artesão que mais emprega mão de obra nas cidades. Mas também observa que, boa parte dos trabalhos realizados nesse setor esteve vinculado ao âmbito doméstico, com trabalhos que eram realizados em casa e, muitas vezes, não executados como trabalho assalariado, mas sim como complemento diário da economia familiar. Sendo assim, tendo intensa participação do grupo familiar, especialmente das mulheres, “pois la práctica totalidad de las

<sup>10</sup> PÉREZ GONZÁLEZ, Silvia María – *La mujer en la Sevilla de finales de la Edad Media. Solteras, casadas y vírgenes consagradas*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2005.

<sup>11</sup> RODRIGUEZ MOLINA, José – *El Reino de Jaén en la Baja Edad Media. Aspectos demográficos y económicos*. Granada: Universidad de Granada, 1978, p. 287.



mujeres de la época sabía hilar lana o lino (...) al tratarse de una labor que solían aprender junto a las propias labores de la casa”<sup>12</sup>.

Paulino Iradiel considera, inclusive, que é mais adequado se pensar em termos de unidades domésticas (família e agregados), do que propriamente em família ao analisarmos o trabalho feminino. Porque a família, através das afetividades e dos laços de sangue, ao mesmo tempo que reflete, encobre as realidades da construção e sustento do grupo doméstico, voltado para a produção, reprodução de pessoas, recursos e relações sociais<sup>13</sup>. Assim, vale ressaltar que:

“En ese espacio doméstico o locus, que no era neutro, el trabajo de las mujeres estaba vertebrado por un sistema de relaciones sociales y políticas de jerarquización y dominación, y por el peso de valores culturales y tradiciones que condicionaban desde su nacimiento el distinto papel de las mujeres en la economía doméstica y las adscribía a determinadas actividades y funciones sociales. Efectivamente, la división sexual del trabajo adscribió a las mujeres a las funciones reproductivas y de consumo, aunque difícilmente podemos establecer la línea divisoria entre estas tareas y las productivas, que también desarrollaron las mujeres y que repercutían en la reproducción y consumo de la familia.”<sup>14</sup>

Desde a década de 1980 do século passado os estudos sobre a participação feminina no mercado laboral vêm avançando e corroborando essa diversidade de inserções femininas. A leitura atenta das fontes permite perceber a presença feminina no desempenho de uma gama muito variada de atividades produtivas ao longo da Baixa Idade Média. Centenas de estudos foram feitos demonstrando essa atuação, desde os ofícios mais óbvios ligados à alimentação (padeiras, peixeiras, fruteiras, etc.) e cuidados (parteira, cuidadora, ama etc.), passando pela nascente indústria têxtil (fiadoras, cardadoras, tecelãs, bordadeiras, costureiras etc.), indo até mesmo a

<sup>12</sup> CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo – “El trabajo de los grupos populares en las ciudades de la Corona de Castilla a fines de la Edad Media: los oficios del sector productivo”. In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; HAEMERS, Jelle (eds) – *Los grupos populares en la ciudad medieval europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2014, p. 56.

<sup>13</sup> IRADIEL, Paulino – “Corporaciones de oficio, acción política y sociedad civil en Valencia.” In *Cofradías, gremios, solidaridades en la Europa medieval. 19ª Semana de Estudios Medievales de Estella*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 1993, p. 253.

<sup>14</sup> LÓPEZ BELTRÁN, María Teresa – “El trabajo de las mujeres”, p. 46.

ofícios menos usuais, como o trabalho na construção civil ou controle de pesos e medidas. Nas Ordenanças municipais de Bilbao, de fins do século XV, aparecem mulheres encarregadas da pesagem de grãos e de farinha. E as Ordenanças de Cuellar, de 1546 falam da existência de *molineras*<sup>15</sup>. A lista é interminável e mesmo que a prevalência das atividades produtivas seja relacionada às atividades reprodutivas (alimentação, cuidados e vestuário), é importante notar que a imagem da mulher simplesmente submetida, confinada ao espaço do lar e sem nenhum tipo de agência ou capacidade econômica, está longe de ser verdadeira.

Contudo, a constatação acrítica dessa realidade acabou por gerar alguns problemas. Diversos autores partiram dessa premissa para afirmar que a realidade das pesquisas comprovaria que a imagem da mulher subordinada ao homem e passiva, repercutida nas fontes eclesiásticas e jurídicas, não corresponderia à realidade medieval e que no cenário urbano elas teriam maior independência e autonomia do que se poderia imaginar. Chegando a pensar em um mercado de trabalho misto, onde o equilíbrio entre homens e mulheres na vida cotidiana é somente obliterado pela natureza ideológica das fontes<sup>16</sup>.

Sem dúvida que não se devem considerar sem filtros fontes carregadas de misoginia, que negavam às mulheres “capacidade de agir na história”<sup>17</sup>. Mas é preciso considerar o sistema simbólico e o universo discursivo que concebe o masculino como plenitude e totalidade. O mesmo *Decreto* de Graciano, que confere alguma personalidade jurídica as mulheres, “afirma a incompatibilidade entre divino e o feminino, com o consequente caráter impróprio do exercício do poder da mulher”<sup>18</sup>.

<sup>15</sup> VAL VALDIVIESO, María Isabel del – “Mujer y trabajo en Castilla al final de la Edad Media”. *Aragón en la Edad Media 14-15/2* (1999), p. 1590.

<sup>16</sup> MARTÍNEZ, María – “Tempo y espacio de las mujeres trabajadoras en una ciudad de frontera”. In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; MELO, Arnaldo Sousa (eds.) – *Trabajar en la ciudad medieval europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2018, é um exemplo de autora que defende isso. Mas essa ideia repercutiu inclusive no meio dos estudos feministas, pois de alguma forma é veiculada também por FEDERICI, Silvia em *O Caliban e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

<sup>17</sup> KLAPISCH-ZUBER, Cristine – “Masculino/feminino”. In LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). – *Diccionario temático do Ocidente medieval*. São Paulo: EDSC, 2002, p. 145.

<sup>18</sup> VALERIO, Adriana – “O poder das mulheres”. In ECO, Umberto (ed.) – *Idade Média. Castelos, mercadores e poetas*. Lisboa: Dom Quixote, 2017, p. 272.

Assim, sob o signo da incompletude, como reafirmado por Tomás de Aquino, a mulher se insere de forma subordinada no corpo social medieval.

Desta forma, por um lado, não podemos negar a efetividade desses discursos prescritivos, que se materializavam tanto nas legislações, quanto nas práticas sociais cotidianas; por outro, a simples constatação da presença feminina em uma determinada atividade não permite inferir nem autonomia, nem similitude de condição em relação aos homens. Essa última abordagem corre ainda o risco de retirar todo o conteúdo de conflito e enfrentamento dessas relações sociais. A opressão de gênero e a divisão sexual do trabalho se esvaem assim em contornos muito suaves e quase imperceptíveis. Da mesma forma, a articulação entre opressão e exploração se matiza em discursos onde elas aparecem como “trabajadoras infatigables, porque, remuneradas o no, destinaban su tempo a los demás en beneficio de la familia, del taller, de la tienda, del mercado, de la sociedad”<sup>19</sup>.

Alguns exemplos permitem demonstrar o ponto de forma mais detalhada. A construção civil, um espaço que a princípio não se imagina dentro do repertório feminino medieval, oferecia às mulheres sem qualificações ou ocupação estável a oportunidade de passarem alguns dias trabalhando como pedreiras e ajudantes de pedreiro em troca de um salário. Sua presença parece ter sido suficientemente constante para que tivesse os valores e os seus pagamentos regulamentados pelas Cortes de Valladolid em 1351<sup>20</sup>. Contudo, e como ocorre também nas obras da Catedral de Toledo, seus salários são menores do que os salários recebidos pelos homens que desempenhavam as mesmas tarefas, podendo chegar somente a metade<sup>21</sup>. O mesmo desajuste salarial pode ser constatado em obras realizadas em

<sup>19</sup> MARTÍNEZ, María – “Tempo y espacio de las mujeres trabajadoras en una ciudad de frontera”. In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; MELO, Arnaldo Sousa (eds.) – *Trabajar en la ciudad*, p. 416.

<sup>20</sup> RÁBADE OBRADÓ, M.<sup>a</sup> del Pilar – “La mujer trabajadora en los Ordenamientos de Cortes, 1258-1505”. In MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela; SEGURA GRAÍÑO, Cristina (eds.) – *El trabajo de las Mujeres en la Edad Media Hispana*. Madrid: Asociación Cultural Al-Mudayna, 1988, p. 11.

<sup>21</sup> IZQUIERDO BENITO, Ricardo. – “Materiales constructivos en las viviendas toledanas: la vivienda en Toledo a fines de la Edad Media”. In PASSINI, Jean (ed.) – *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*. Cuenca: Universidad de Castilla La Mancha, p. 290.

Zaragoza ou em Teruel na Baixa Idade Média<sup>22</sup> e também é vista por Sequeira e Melo no tocante aos ofícios ligados à produção têxtil portuguesa<sup>23</sup>.

Essa mesma desigualdade de condições também aparece nas na Recompilação das Ordenanças de Sevilha de 1515, onde se diz “que toda regatera pueda comprar para vender a menudo por media fanega, fasta tres fanegas cada dia”, enquanto os “regatones” podem comprar e vender até quatro fanegas. A distinção não para por aí (o que já não seria pouco, uma vez que implica em capacidades de circulação de mercadorias distintas) pois, diante do incumprimento da lei, às mulheres cabe a pena de perda da mercadoria, “o que peche los dichos doze maravedis; y demas que le den los dichos cien açotes”, enquanto aos homens cabe somente o pagamento da multa, sem previsão de castigo físico<sup>24</sup>. Fica patente, portanto, que o acesso a determinados tipos de trabalho ou atividade não implicava, tal como hoje ainda não implica, necessariamente em equivalência de condições, não somente laborais, mas de possibilidade de remuneração ou rendimentos.

Não há dúvida de que o processo de expansão urbana permitiu maiores e mais variadas possibilidades laborais, mas o impacto dessa expansão deve ser posto em relação à dimensão e ao nível de desenvolvimento econômico das urbes abordadas. Ou seja, as cidades mais desenvolvidas permitiam um repertório mais alargado de atividades possíveis, que demandavam maior conhecimento técnico e uma maior oferta de oportunidades de atividades econômicas, enquanto as pequenas vilas vão contar com uma atividade comercial e produtiva consideravelmente mais limitada. Esse dimensionamento é importante, na medida em que, em comparação com a Península Itálica ou com as cidades flamencas (bem mais estudadas) “el pequeño o mediano comercio o la pequeña o mediana empresa familiar artesana que eran las

<sup>22</sup> GARCÍA HERRERO, M.<sup>a</sup> del Carmen – “La contribución de las mujeres a la economía de las familias dedicadas a actividades no agrarias en la Baja Edad Media española”. In *Quarentesima Settimana di Studi. La Famiglia nell'economia europea secc. XIII-XVIII*. Florença: Firenze University Press, 2009, p. 569.

<sup>23</sup> SEQUEIRA, Joana; MELO, Arnaldo Sousa – “A mulher na produção têxtil portuguesa tardo medieval”. *Medievalista [Online]* 11 (2012).

<sup>24</sup> *Ordenanças de Seuilla: recopilacion de las ordenanças de la muy noble y muy leal cibdad de Seuilla: de todas las leyes y ordenamientos antiguos y modernos, cartas y prouisiones reales...* Sevilha: por Andrés Grande, 1632, fol. 176. Disponível em: <https://ia801902.us.archive.org/1/items/A132161/A132161.pdf> [consultado a 10 de Maio de 2025].

fuentes fundamentales de la economía de las ciudades medievales hispanas” parecem acanhados. “No se puede esperar, en consecuencia, que la mujer ocupara puestos importantes en la gran producción para el mercado [na realidade ibérica], lo que, por otra parte, no ha de restar importancia al papel de la mujer en la economía urbana”<sup>25</sup>.

Para além das questões objetivas colocadas acima (que estabelecem os horizontes concretos possíveis de atuação em determinados cenários urbanos), há que se colocar questões como: situação jurídica dessas mulheres (casadas, solteiras, viúvas e etc.), necessidades econômicas, e, o mais importante, papel *na* e *da* unidade familiar<sup>26</sup>. Visto que, como já apontamos antes, as mulheres eram significadas no discurso hegemônico pela sua pertença a uma família<sup>27</sup>.

Isso é legítimo, pois é válido afirmar para as sociedades pré-industriais, de forma geral, que os espaços produtivos e os reprodutivos não estavam separados fisicamente, muito pelo contrário, se fundiam e, algumas vezes se confundiam dentro dos mesmos espaços domiciliares. Diante disso, a participação feminina no desempenho de atividades produtivas, quase sempre dentro da unidade produtiva familiar, era viabilizado por não impedir o desempenho concomitante das atividades reprodutivas que lhe cabiam.

A indústria têxtil nos dá bons exemplos disso. Boa parte dos trabalhos era realizada no sistema *verlagssystem*, ou *output system*, um sistema de gestão produtiva no qual os comerciantes financiam, através de adiantamentos, o ciclo produtivo, controlando desta forma a distribuição do produto pelas diferentes fases de produção. O trabalho de fiação era predominantemente feito nesse sistema, dentro das unidades domésticas, tanto urbanas quanto rurais, como forma complementar de renda. As famílias não eram donas da matéria prima, nem dos produtos, mas somente eram encarregadas de uma determinada fase de transformação. Apesar dos registros documentais falarem principalmente de homens, que são os operadores econômicos desse sistema (tanto no papel de contratantes quanto no de

<sup>25</sup> FUENTE PÉREZ, María Jesús – “Mujer, trabajo y familia en las ciudades castellanas de la Baja Edad Media”. *En la España medieval* 20 (1997), p. 185.

<sup>26</sup> FUENTE PÉREZ, María Jesús – “Mujer, trabajo y familia en las ciudades castellanas”, p. 179.

<sup>27</sup> LÓPEZ BELTRÁN, María Teresa – “El trabajo de las mujeres”, p. 44.

contratados), dentro das unidades familiares esse era um trabalho eminentemente feminino. Fiar e tecer eram atividades associadas ao mundo feminino em qualquer extrato social, mas nas famílias com menos recursos era uma opção de trabalho que permitia contribuir para uma melhor sobrevivência do grupo familiar. Contudo, “não tendo acesso directo ao mercado, as mulheres e as famílias produtoras de fio viam assim a sua função limitada dentro do ciclo produtivo”<sup>28</sup>.

Portanto, é necessário fazer recortes de classe, isto é, pensar essas famílias como unidades produtivas sempre dentro e em relação ao ciclo produtivo no qual estão inseridas (acima dissemos que era importante verificar não somente a inserção *na* família, mas também *da* família) e entender que o acesso feminino a determinadas atividades se dava através do acesso primeiro da sua unidade familiar.

“En cualquier caso, la tienda-taller fue la plataforma idónea de iniciación al trabajo productivo y de aprendizaje de las técnicas del oficio para las mujeres que conformaban el grupo doméstico (esposas, hijas, mozas de servicio, esclavas).”<sup>29</sup>

É nessa unidade produtiva familiar que se desenhavam as melhores possibilidades de introdução das mulheres na esfera produtiva, mas é aqui também onde são mais invisibilizadas, pois uma vez que a inserção se dá via essa unidade, a documentação indica os nomes dos elementos masculinos, quase sempre dos maridos ou pais, titulares dos ofícios ou dos negócios. Isso fica patente, por exemplo nas *Ordenanzas de Palencia* de 1401, onde se contempla o trabalho feminino na tecelagem e cardação, ainda que sempre sob supervisão de um homem, quer seja marido, pai ou irmão<sup>30</sup>. Lopez Beltrán defende que, apesar das pesquisas sobre o trabalho feminino no mundo do artesanato tenham demonstrado de maneira geral que a presença das mulheres na indústria têxtil e do vestuário era muito mais elevada do que em qualquer outra atividade artesanal, também é verdade que as mulheres eram auxiliares fundamentais dos maridos nos negócios da família, quer na indústria do couro ou da tinturaria, quer na ourivesaria, quer nas muitas outras atividades em

<sup>28</sup> SEQUEIRA, Joana; MELO, Arnaldo Sousa – “A mulher na produção têxtil portuguesa”.

<sup>29</sup> LÓPEZ BELTRÁN, María Teresa – “El trabajo de las mujeres”, p. 47.

<sup>30</sup> GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César – “Los tejedores de Palencia durante la Edad Media”. *Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses* 63 (1992), pp. 93-124.

que marido e mulher assumiam conjuntamente contratos e compromissos<sup>31</sup>. Embora isso seja incontestado, a atuação feminina no desempenho das atividades artesanais e comerciais no marco da unidade familiar, há duas nuances que, apesar de sutis, merecem ser ressaltadas. Como a própria autora diz, essas mulheres atuam como *auxiliares*, termo que denota sua participação ativa, porém, subordinada nesse processo produtivo. Situação que, de longe, é a mais corriqueira nessa realidade medieval. Por outro lado, apesar de frequentemente assinarem contratos e compromissos conjuntamente, o fazem quase sempre na qualidade de esposas, em uma fórmula que repete de forma esquemática: fulano de tal, profissão, e fulana, sua mulher. Neste contexto, acaba-se relegando estas mulheres não somente ao segundo plano, mas também não é feita a associação destas com os ofícios desempenhados, podendo chegar mesmo até a negação da possibilidade de uma identidade própria. Assim, é comum aparecerem nos documentos inclusive sem nomes, sendo somente nomeadas como “a do fulano”. Um documento datado de 1544 em Murcia explicita essa situação:

“E por quanto les fue hecha relación que la mujer de Iohan de la cueva, e la panadera, e la mujer de Juan Martinez espitalero, han medido azeite con medidas falsas y a maiores preços de los que son puestos por los oficiales del dito conçejo, por que el mal hecho non escape sin pena, los dichos señores conçejo ordenaron e mandaron prender los cuerpos de las susodichas e non sean sueltas hasta tanto que el dicho conçejo lo mejor vea.”<sup>32</sup>

Aqui temos situações distintas, a princípio as três mulheres presas por venderem azeite com peso adulterado não estavam realizando a venda em parceria ou a mando de seus companheiros, ao menos temos certeza disso para a segunda mulher, nomeada por profissão e sem indicação de cônjuge, e para a terceira, cuja profissão do marido indica atividade diferente daquela que ela estava realizando. Contudo, e apesar de estarem inegavelmente realizando uma atividade comercial autônoma,

<sup>31</sup> LÓPEZ BELTRÁN, María Teresa – “El trabajo de las mujeres”, p. 44.

<sup>32</sup> PEIRÓ MATEUS, María del Carmen – *El comercio y los comerciantes en la Murcia de finales de la Edad Media a través de la documentación*. vol. II. Murcia: Universidad de Murcia, 1999. Tese de Doutorado. p. 14, doc. 16. Original em Múrcia, Archivo Municipal de Murcia, AC. 1454/55, fol. 34 (sábado, 26 outubro de 1544).

aparecem sem sequer estar nomeadas, são as esposas de alguém e, mesmo a que aparece tendo um ofício, não tem seu nome registrado.

Mesmo quando a atividade é partilhada percebemos de forma sempre colateral, como no caso de Martín de Calatayude, tintureiro e vizinho de Valencia, condenado junto com sua mulher Marieta (sem sobrenome e sem profissão) a pagar uma dívida a Guillen de Ciges, boticário e vizinho de Valencia, em 1332<sup>33</sup>. Neste mesmo ano, Martín aparece de novo condenado, junto com Marieta, a pagar uma dívida que havia contraído com os mercadores de Barcelona<sup>34</sup>. Anos depois, 1338, em outro documento é condenado por outra dívida, mas aqui Marieta aparece somente como sua mulher<sup>35</sup>. Contudo, há inúmeras outras dívidas e transações que aparecem na documentação nas quais sua mulher não está incluída. O mesmo acontece com Vicent Daroca, tecelão e vizinho de Valencia, que é condenado junto com sua esposa, Marquesa e com Bernatl de Bellvilar, alfaiate e vizinho, a pagar uma dívida a Pere d'Abelló, mercador e vizinho por conta de um lote de lã fiada<sup>36</sup>. Da mesma forma que nos exemplos anteriores, a esposa, apesar de não ter profissão declarada, aparece como devedora solidária em algumas transações, nos permitindo suspeitar que essas mulheres não aparecem ali somente por uma formalidade jurídica (pois se fosse apareceriam em todas as transações), mas sim porque tomam parte naquelas negociações específicas.

Muitas vezes, é a situação de viuvez que nos permite perceber de forma mais clara que essas mulheres atuavam junto a seus maridos, realizando atividades de determinado ofício. Na documentação palenciana de inícios do século XV relativa ao pagamento de *alcabalas* é possível verificar um contingente feminino entre os contribuintes. Mesmo que esse contingente seja modesto e em média 16% do total geral de pagantes, neste a participação de mulheres indicadas como viúvas que

<sup>33</sup> BORDES GARCÍA, José – *Desarrollo industrial textil y artesanado en Valencia de la conquista a la crisis (1238-1350)*. Valência: Universitat de València, 2003, p. 435. Tese de doutoramento. Original em Valência, Archivo del Reino de València (doravante ARV), justicia civil, 36 (19 de abril de 1332).

<sup>34</sup> BORDES GARCÍA, José – *Desarrollo industrial textil y artesanado*, p. 422. Original em Valência, ARV justicia civil (23 de novembro de 1332).

<sup>35</sup> BORDES GARCÍA, José – *Desarrollo industrial textil y artesanado*, p. 444. Original em Valência, ARV, justicia civil, 55 (29 de novembro de 1338).

<sup>36</sup> BORDES GARCÍA, José – *Desarrollo industrial textil y artesanado*, p. 417. Original em Valência, ARV, *Protocolos*, nº 2627/Lapart, A. (21 de março de 1320).



continuam pagando pelo ofício desempenhado antes pelos maridos é relevante. Assim, corrobora-se a ideia de que estas mulheres detinham, ao menos, o conhecimento técnico específico ou as condições mínimas para continuar com o negócio familiar<sup>37</sup>. Contudo, alguns senões têm de ser levantados aqui. Essa mesma documentação analisada por María Jesús Fuente mostra que essas viúvas pagam cada vez menos tributo com o passar dos anos, indiciando que a capacidade real de manutenção dos ofícios decai com a ausência do marido. Vale ressaltar que a expertise em um ofício/atividade ou o desempenho dele não dava direito às mulheres de efetiva participação nas organizações gremiais.

A viuvez, portanto, se nos permite perceber a atuação feminina, na prática significava para muitas mulheres condições econômicas mais limitadas ou empobrecimento. Essa mesma documentação associa pobreza à ausência de marido (questão aliás, que vimos mais acima), o que vale tanto para aquelas mulheres que ficaram viúvas, quanto para um grupo de mulheres cujos maridos haviam ido embora ou sumido, situação para a qual as fontes usam o termo “que se fué”<sup>38</sup>. Ou seja, mulheres abandonadas ou cujos maridos haviam desaparecido sem que pudesse ser constatado o seu falecimento, circunstância que não deveria ser incomum, principalmente em localidades mais fronteiriças e com conflitos constantes. Situação que gerava uma vulnerabilidade ainda mais incisiva, pois não gozavam do estatuto de viúvas e, portanto, sequer podiam contrair novas núpcias, garantindo assim a manutenção de alguma condição financeira.

Mais perceptíveis na documentação são as mulheres que realizam atividades alternativas àquelas realizadas pelos seus maridos. Além dos outros exemplos dados anteriormente, se tomarmos a documentação acima, somente 8% das mulheres que aparecem nela têm profissão indicada. Além de poucas estatisticamente, no mais das vezes, desempenham atividades ligadas à indústria têxtil e alimentação (*lenceras, pasteleras, mesoneras, tundidoras, tenderas...*)<sup>39</sup>. Como dissemos acima, essa concentração não é coincidência, mas por se assemelharem e se confundirem com o serviço doméstico em geral são passíveis de serem realizadas dentro das próprias

<sup>37</sup> FUENTE PÉREZ, María Jesús – “Mujer, trabajo y familia en las ciudades castellanas”, p. 182.

<sup>38</sup> FUENTE PÉREZ, María Jesús – “Mujer, trabajo y familia en las ciudades castellanas”, p. 188.

<sup>39</sup> FUENTE PÉREZ, María Jesús – “Mujer, trabajo y familia en las ciudades castellanas”, p. 188.

moradias ou em espaços contíguos. Ao mesmo tempo, o nível de especialização profissional requerido para desempenhar essas funções estava de acordo com aquilo que tradicionalmente fazia parte da educação feminina, garantindo que elas tinham conhecimento técnico para realizá-las. Por isso também, não só a produção de alimentos, mas a sua circulação, contava com substancial mão de obra feminina, que em algumas cidades chegou a ter setores específicos dominados por ela. É o caso que vemos nas *Ordenanzas de Jaen*, que falam praticamente só de *pescaderas*, indicando que o comércio de peixes estava monopolizado por mulheres<sup>40</sup>. Nas *Ordenanzas de Sevilla* de 1515, apesar de aparecerem homens dedicados à comercialização de pescados, a nomeação da atividade no feminino é muito mais recorrente e conta com muito mais entradas<sup>41</sup>. Contudo, nas Ordenanzas dessa mesma cidade de dois séculos antes, somente as *pescaderas* aparecem<sup>42</sup>, bem como nos documentos do século XIV<sup>43</sup>. Maria Teresa López Beltrán defende que a produção e comercialização de pão também era uma atividade essencialmente feminina até meados do século XIV, quando os homens passam a cada vez mais ter presença nessa atividade<sup>44</sup>, o mesmo movimento que vimos no exemplo acima. Se olharmos as Ordenanzas do Concelho de Sevilla, da segunda metade do século XIII, essa atividade também aparece no feminino e só no feminino (*panaderas*), enquanto atividades como açougueiros ou revendedores (regateiros) somente no masculino<sup>45</sup>.

Aqui cabe reforçar uma ideia, colocada no início da reflexão: o neutro universal utilizado pela historiografia. A documentação não parece acompanhar esse uso e diversas vezes usa os substantivos nos dois gêneros quando quer se referir ao

<sup>40</sup> GÁMEZ MONTALVO, María Francisca – “Funciones de la mujer en la sociedad medieval andaluza” *Cuadernos de estudios medievales y ciencias y técnicas historiográficas* 18-19 (1993-1994); GUERRERO NAVARRETE, Yolanda – “Consumo y comercialización de pescado en las ciudades castellanas de la baja edad media”. In *La pesca en la edad media*. Madrid: Centro de Estudios Medievales de la Universidad de Murcia, 2009, pp. 235-263; a autora dedica-se ao estudo dessa atividade e reafirma também a preponderância das mulheres na comercialização de pescado em Castela.

<sup>41</sup> *Ordenanzas de Seuilla: recopilacion*, fol. 176.

<sup>42</sup> SCHENCK, Deborah Kirschberg; FERNÁNDEZ GÓMEZ, Marcos – *El concejo de Sevilla en la Edad Media (1248-1454), Organización institucional y fuentes documentales*. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2002, p. 27, doc. 1.

<sup>43</sup> SCHENCK, Deborah Kirschberg; FERNÁNDEZ GÓMEZ, Marcos – *El concejo de Sevilla en la Edad Media*, p. 125, doc. 8.

<sup>44</sup> LÓPEZ BELTRÁN, María Teresa – “El trabajo de las mujeres en el mundo urbano”, p. 45.

<sup>45</sup> SCHENCK, Deborah Kirschberg; FERNÁNDEZ GÓMEZ, Marcos – *El concejo de Sevilla en la Edad Media*, p. 27, doc. 1.

conjunto das pessoas. Em função desse uso do gênero na documentação é que podemos inferir uma maior ou menor prevalência da atuação feminina nas atividades nomeadas nas fontes com alguma segurança.

Contudo, para a maioria das mulheres que compunham os grupos trabalhadores mais precários das cidades, essas não eram questões. Quase sempre a extrema pobreza as empurrava para trabalhos fora de casa, assalariados, por contrato ou ainda na venda ambulante. Comentamos já sobre o trabalho nos serviços domésticos e na construção civil, que permitiam o acesso a mulheres sem formação profissional ou condições familiares que possibilitassem outras escolhas. O mesmo vale para as mulheres que se dedicavam ao comércio ambulante, sobre o qual as posturas urbanas indicam diversos cerceamentos e preconceitos<sup>46</sup>. Uma *ordenanza* de San Cristóbal de la Laguna, de início do sec. XVI, exemplifica bem o ponto: após a proibição de venda ambulante de pão, hortaliças e outros alimentos, que deveriam ser somente comercializados na praça da dita vila, a municipalidade volta atrás pois “muchas personas pobres que con vender en sus casas pan e hortalizas e otras cosas mantienen a sí e a sus hijos, e como son mujeres honestas e casadas no quieren ponerse en mitad de una plaza esentas a vender”<sup>47</sup>. Fica explícita a importância dessas atividades femininas no sustento da unidade familiar, ao mesmo tempo que indica que o exercício de atividades fora do espaço doméstico não é recomendável, ou, ao menos, não se configura como uma situação ideal.

Ricardo Córdoba coloca que no setor têxtil, os ofícios mais especializados, aqueles que podemos definir como de maior exigência técnica ou de finalização do trabalho, estiveram sempre concentrados nas grandes cidades e em instalações industriais. A necessidade de qualificação técnica dos artesãos destes sectores, aliada à sua ligação a locais de trabalho específicos e a matérias-primas mais caras de obter, determinam a relação direta que podemos perceber entre estas tarefas e certas grandes capitais. Se partirmos dessa realidade, mas refletirmos sobre ela a partir das considerações que elencamos até o momento, isto é, deslocarmos da relação pequenas/grandes

---

<sup>46</sup> Essa questão ainda é controversa, uma vez que mesmo hoje o trabalho doméstico assalariado é entendido como um trabalho que não gera valor econômico e dele não é extraído mais-valia.

<sup>47</sup> LÓPEZ BELTRÁN, María Teresa – “El trabajo de las mujeres en el mundo urbano”, p. 48.

idades para o trabalho feminino/masculino, chegaremos a conclusões interessantes. Se a entrada se der a partir de atividades laborais onde a qualificação técnica é necessária e os espaços produtivos são exclusivos (isto é, não compartilhados com o espaço doméstico), não será possível perceber a presença feminina, a não ser de forma muito residual. Para além de todas as prescrições que dificultam o acesso feminino à educação e ao aprendizado de determinados ofícios, atividades que impliquem deslocamento ou alijamento do espaço doméstico/reprodutivo são interditos ainda mais intensos.

Enfim, e para finalizar, é importante marcar que a questão não se trata de definir ou não se as mulheres tinham participação nas atividades econômicas no baixo medievo europeu, é mais do que patente que sua participação era efetiva e cotidiana. Mas trata-se sim de perceber as dificuldades em mensurar, a partir das fontes que dispomos, qual o peso econômico global de sua inserção, a forma como se inserem e qual o papel que desempenham nas economias urbanas. Não fizemos um inventário exaustivo de todas as atividades e ofícios desempenhados por mulheres, pois seria impossível, ao mesmo tempo em que um inventário, como simples levantamento, não nos permite avançar em direção ao tipo de análise proposta. Da mesma forma, não abarcamos todas as possibilidades de inserção ou situações concretas em todas as suas nuances, pois esse não era o objetivo. E sim, a partir dos pressupostos enunciados e dos exemplos escolhidos, buscamos reforçar a perspectiva de que sem analisar a partir do binômio trabalho produtivo/trabalho reprodutivo e espaço produtivo/espaço reprodutivo, qualquer reflexão sobre a inserção feminina no universo laboral será inconsistente e só abará uma parte da realidade, pois corre-se o risco de desconsiderar a imensa carga de trabalho realizada no ambiente doméstico, por se confundir em grande parte com atividades reprodutivas ou, ao não se observar a relação entre espaço produtivo e reprodutivo, não perceber os registros dessa atuação, mesmo que subliminares, na documentação.

## Referências bibliográficas

### Fontes

#### Fontes impressas

ALFONSO X DE CASTELA – *Las siete partidas del Rey Don Alfonso el Sabio: cotejadas con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2008. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcf1903> [consultado a 10 de Maio de 2025].

*Ordenanças de Seuilla: recopilacion de las ordenanças de la muy noble y muy leal cibdad de Seuilla: de todas las leyes y ordenamientos antiguos y modernos, cartas y prouisiones reales...* Sevilha: por Andrés Grande, 1632. Disponível em: <https://ia801902.us.archive.org/1/items/A132161/A132161.pdf> [consultado a 10 de Maio de 2025].

### Estudos

ALBARRACIN, Jesus – “El trabajo doméstico y la ley del valor”. *Revista Imprecor* 63 (1988), pp. 67-69.

BORDES GARCÍA, José – *Desarrollo industrial textil y artesanado en Valencia de la conquista a la crisis (1238-1350)*. Valência: Universitat de València, 2003. Tese de doutoramento.

CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo – “El trabajo de los grupos populares en las ciudades de la Corona de Castilla a fines de la Edad Media: los oficios del sector productivo”. In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; HAEMERS, Jelle (eds.) – *Los grupos populares en la ciudad medieval europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2014, pp. 53-80.

FEDERICI, Silvia – *O Caliban e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FUENTE PÉREZ, María Jesús – “Mujer, trabajo y familia en las ciudades castellanas de la Baja Edad Media”. *En la España medieval* 20 (1997), pp. 179-194.

GÁMEZ MONTALVO, María Francisca – “Funciones de la mujer en la sociedad medieval andaluza”. *Cuadernos de estudios medievales y ciencias y técnicas historiográficas* 18-19 (1993-1994), pp. 59-71.

GARCIA HERRERO, M.<sup>a</sup> del Carmen – “La contribución de las mujeres a la economía de las familias dedicadas a actividades no agrarias en la Baja Edad Media española”. In *Quarentesima Settimana di Studi. La Famiglia nell'economia europea secc. XIII-XVIII*. Florença: Firenze University Press, 2009, pp. 569-598.

GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César – *Los tejedores de Palencia durante la Edad Media*. Palencia: Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses, 1992.

GUERRERO NAVARRETE, Yolanda – “Consumo y comercialización de pescado en las ciudades castellanas de la baja edad media”. In *La pesca en la edad media*. Madrid: Centro de Estudios Medievales de la Universidad de Murcia, 2009, pp. 235-263.

IRADIEL, Paulino – “Corporaciones de oficio, acción política y sociedad civil en Valencia.” In *Cofradías, gremios, solidaridades en la Europa medieval. 19ª Semana de Estudios Medievales de Estella*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 1993, pp. 253-284.

IZQUIERDO BENITO, Ricardo – “Materiales constructivos en las viviendas toledanas: la vivienda en Toledo a fines de la Edad Media”. In PASSINI, Jean (ed.) – *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*. Cuenca: Universidad de Castilla La Mancha, 1998, pp. 281-302.

KLAPISCH-ZUBER, Cristine – “Masculino/feminino”. In LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) – *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: EDSC, 2002, pp. 137-149.

LAS CUEVAS, Josefa – “El papel de la mujer en la Baja Edad Media. La Dote ¿impulsora del nuevo hogar o yugo para las mujeres?”. *Ambitos: revista de estudios de ciencias sociales y humanidades* 19 (2008), pp. 69-90.

LÓPEZ BELTRÁN, María Teresa – “El trabajo de las mujeres en el mundo urbano medieval”. *Mélanges de la Casa de Velázquez* 40:2 (2010), pp. 39-57.

MARTÍNEZ, María – “Tempo y espacio de las mujeres trabajadoras en una ciudad de frontera”. In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; MELO, Arnaldo Sousa (eds.) – *Trabajar en la ciudad medieval europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2018, pp. 411-450.

PÉREZ GONZÁLEZ, Silvia María – *La mujer en la Sevilla de finales de la Edad Media. Solteras, casadas y vírgenes consagradas*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2005.

RÁBADE OBRADÓ, M.<sup>a</sup> del Pilar – “La mujer trabajadora en los Ordenamientos de Cortes, 1258-1505”. In MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela; SEGURA GRAÍÑO, Cristina (eds.) – *El trabajo de las Mujeres en la Edad Media Hispana*. Madrid: Asociación Cultural Al-Mudayna, 1988, pp. 113-140.

RODRIGUEZ MOLINA, José – *El Reino de Jaén en la Baja Edad Media. Aspectos demográficos y económicos*. Granada: Universidad de Granada, 1978.

SCHENCK, Deborah Kirschberg; FERNÁNDEZ GÓMEZ, Marcos – *El concejo de Sevilla en la Edad Media (1248-1454). Organización institucional y fuentes documentales*. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2002.

SEQUEIRA, Joana; MELO, Arnaldo Sousa – “A mulher na produção têxtil portuguesa tardo medieval”. *Medievalista [Online]* 11 (2012). URL: <http://journals.openedition.org/medievalista/780> [consultado a 10 de Maio de 2025].

VAL VALDIVIESO, María Isabel del – “Mujer y trabajo en Castilla al final de la Edad Media”. *Aragón en la Edad Media* 14-15/ 2 (1999), pp. 1585-1596.

VALERIO, Adriana – “O poder das mulheres”. In ECO, Umberto (org.) – *Idade Média. Castelos, mercados e poetas*. Lisboa: Dom Quixote, 2017, pp. 266-270.

VOGEL, Lise – *Marxism and the oppression of women: towards an unitary theory*. Leiden: Brill, 2013.

### COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

VEREZA, Renata – “Participação feminina na economia familiar urbana e invisibilização do trabalho feminino na Baixa Idade Média Ibérica”. *Medievalista* 38 (Julho – Dezembro 2025), pp. 285-307. Disponível em <https://revistas.fcsh.unl.pt/medievalista>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).